



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR**

ANEXO I

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS – Curso de Oficiais da Administração PMPE

BLOCO I – CONHECIMENTOS GERAIS

1. LÍNGUA PORTUGUESA COM INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

1. Compreensão e interpretação de textos; 2. Tipologia Textual; 3. Ortografia oficial; 4. Acentuação gráfica; 5. Emprego das classes de palavras; 6. Emprego do sinal indicativo de crase; 7. Sintaxe da oração e do período; 8. Pontuação; 9. Concordância nominal e verbal; 10. Regência nominal e verbal; 11. Significação das palavras; 12. Redação de correspondências oficiais.

2. RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Compreensão de estruturas lógicas; 2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; 3. Diagramas lógicos. 4. Princípios da contagem e probabilidade.

3. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. Teorias clássicas da Administração. O ambiente externo e a organização. A organização formal: a organização burocrática; a abordagem mecanicista de administração; estruturas organizacionais (tradicional e inovadoras). Abordagens recentes em administração. Autoridade e responsabilidade. Conceito de linha e assessoria. Direção: conceito; princípios de administração aplicados à direção. Processo decisório. Controle: elementos do controle. Princípios gerais de administração aplicados ao controle. Mudança organizacional. Cultura organizacional.

BLOCO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. Aplicação da lei penal militar: Princípio de legalidade; Crimes militares em tempo de paz; Equiparação a militar da ativa; Militar da reserva ou reformado; Pessoa considerada militar; Equiparação a comandante; Conceito de superior. 2. Do crime: Coação irresistível; Obediência hierárquica; Coação física ou material; Exclusão de crime. 3. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar. 4. Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar. 5. Dos crimes contra a administração militar. 6. Crimes militares por extensão. 6.1 Lei 13.869, de 05 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; 6.2. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; 6.3. Dos crimes em licitações e contratos administrativos, incluídos no Código Penal pela lei 14.133, de 1º de abril de 2021;



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR**

7. Lei de processo penal militar e sua aplicação. Prerrogativas do posto ou da função. Das medidas preventivas e assecuratórias. Do comparecimento espontâneo do indiciado ou acusado. Da qualificação e interrogatório do acusado. Da acareação. Dos documentos e indícios; 8. Da polícia judiciária militar. Inquérito policial militar, auto de prisão em flagrante delito, instrução provisória de deserção. Das providências que recaem sobre coisas ou pessoas. Do incidente de insanidade mental. Da mensagem. Da confissão. Das perícias e exames; 9. Da prisão provisória, em flagrante e preventiva.

2. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Direitos e Garantias Fundamentais: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Dos direitos políticos; 2. Da administração pública: Disposições gerais; Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; 3. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Das Forças Armadas; Da segurança pública; 4. Dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. 5. Conceituação, princípios informativos, fontes e interpretação. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso de poder. Administração direta e indireta. Direitos e deveres. Requisição; 6. Administração Pública. Estrutura. Responsabilidade civil do Estado. Delegação de Competência. Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Estados; 7. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico e disciplinar. Servidores públicos - Remuneração – proteção Social. Regime disciplinar. Processo administrativo estadual; 8. Atividade administrativa. Princípios básicos. Poder de polícia. Serviços públicos; 9. Polícia Administrativa. Definição, limites e ramos e setores. Execução, inexecução e revogação do contrato administrativo. Bens públicos. Classificação. Atributos; 10. Atos administrativos. Conceito. Requisitos e atributos. Classificação. Espécies. Anulação e revogação. Contratos administrativos. Conceitos e peculiaridades. Formalização. Regime Jurídico; 11. Princípios da administração pública militar: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, presunção de legitimidade e veracidade, autotutela, continuidade do serviço público, motivação, razoabilidade e proporcionalidade, segurança jurídica, boa fé, hierarquia; 12. Decreto Estadual nº 3.639, de 19 de agosto de 1975 – Do Conselho de Disciplina; 13. Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; 14. Licitações e contratos à luz da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Modalidades licitatórias, Sistema de Registro de Preços, Segregação de funções, Procedimento de Manifestação de Interesse, sistema de rating, contratação compartilhada, reajuste de preços.

3. DIREITOS HUMANOS

1. Fundamentos históricos dos Direitos Humanos: conceito de Direitos Humanos, Cidadania e Democracia. Declaração Universal dos Direitos Humanos; 2. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; 3. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A legislação e os Direitos Humanos no Brasil.

4. LEGISLAÇÃO PM

1. Lei 11.817, de 24 de julho de 2000 - Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco; 2. Lei 6.783, de 16 de outubro de 1974 - Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco; 3. Decreto 22.114, de 13 de março de 2000 - Regulamento de Ética dos Militares do Estado de Pernambuco; 4.



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR**

Lei Complementar 470, de 21 de dezembro de 2021 - Promoção dos Militares do Estado de Pernambuco; 5. Lei nº 11.781, de 6 de junho de 2000, e alterações, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco; 6. Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa; 7. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o Acesso à Informação; 8. Lei Estadual nº 13.314, de 15 de outubro de 2007, e alterações – que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco; 9. Investigação Preliminar, aplicável ao servidores civis e militares do Estado de Pernambuco submetidos à lei nº 11.929/2001 (Provimento Correicional nº 21 de 14 de outubro de 2021); 10. - Instrução normativa para a elaboração de sindicância para os militares estaduais de Pernambuco (Instrução Normativa nº 02 / 17 - Corregedoria Geral da SDS).